

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAFAELA BELLISSIMO MARTINI

**Educação Básica e as relações étnico-raciais: Avaliação do livro didático
de Geografia após a implementação da Lei 10639/03**

PORTO ALEGRE

2025

RAFAELA BELLISSIMO MARTINI

**Educação Básica e as relações étnico-raciais: Avaliação do livro didático
de Geografia após a implementação da Lei 10639/03**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roselane Zordan
Costella

PORTO ALEGRE

2025

RAFAELA BELLISSIMO MARTINI

Educação Básica e as relações étnico-raciais: Avaliação do livro didático de Geografia após a implementação da Lei 10639/03

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciatura em Geografia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Geografia, obtendo conceito_____.

Porto Alegre, 15 de JANEIRO de 2025.

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa

Coordenador

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Roselane Zordan Costella

Orientadora

UFRGS

Prof.^a Dra.Larissa Corrêa Firmino

UFRGS/FACED/NEEGEO

Prof.^a Dra.Viviane Regina Pires Lis

Rede Privada de Ensino

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo Identificar e refletir sobre um conjunto de obras literárias didáticas do Ensino Fundamental anos finais (6º, 7º, 8º e 9º anos) aprovada no último Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2024, observando a pertinência da Lei 10.639/2003 para uma melhor compreensão de como a disciplina de Geografia aborda a “História e Cultura Afro-Brasileira”. O método utilizado foi a reflexão qualitativa de conteúdos selecionados de livros didáticos amplamente adotados nas escolas de Educação Básica. Os resultados mostram que, embora haja um aumento na inclusão de temas relacionados à cultura afro-brasileira, ainda persistem lacunas significativas na profundidade e na diversidade dessa abordagem. A maioria dos livros analisa superficialmente as contribuições afro-brasileiras, sem promover uma discussão crítica sobre as relações raciais e suas implicações na sociedade contemporânea. Conclui-se que, apesar dos avanços significativos decorrentes da legislação, é essencial que as editoras e os educadores façam um esforço consciente para integrar de forma mais eficaz esses temas nos currículos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa. O fortalecimento das relações étnico-raciais no ambiente escolar é crucial para a formação de uma consciência crítica e para a valorização da diversidade cultural.

Palavras-chave: Educação Básica. Geografia. Lei 10.639/03. Relações étnico-raciais. Livro didático.

ABSTRACT

The research aims to evaluate the approach to ethnic-racial relations in the Geography textbook, after the implementation of Law 10.639/03, which makes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture mandatory in schools. The method used was the qualitative analysis of content selected from textbooks widely adopted in Basic Education schools. The results show that, although there is an increase in the inclusion of themes related to Afro-Brazilian culture, there are still significant gaps in the depth and diversity of this approach. Most books superficially analyze Afro-Brazilian contributions, without promoting a critical discussion about race relations and their implications in contemporary society. It is concluded that, despite the significant advances resulting from legislation, it is essential that publishers and educators make a conscious effort to more effectively integrate these themes into curricula, promoting a more inclusive and equitable education. Strengthening ethnic-racial relations in the school environment is crucial for the formation of critical awareness and the appreciation of cultural diversity.

Keywords: Basic Education. Geography. Law 10,639/03. Ethnic-racial relations. Textbook.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03.....	13
2.1 A LEI Nº 10.693/03: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	14
2.2 VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS.....	18
3. O LIVRO DIDÁTICO.....	19
3.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA A CIDADANIA.....	22
4. A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	28
4.1 METODOLOGIA DE REFLEXÃO.....	30
4.2 REFLEXÃO SOBRE OU DAS OBRAS.....	31
4.3 COMO AS COLEÇÕES APRESENTADAS TRATAM OS TEMAS REFERENTES ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	40
5. CONCLUSÃO.....	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Mesmo tendo sido parte da formação da sociedade e cultura brasileira os povos africanos e seus descendentes são muito desvalorizados e acometidos pelo racismo no país. Contudo essa atitude não deveria ocorrer já que se sabe da importante contribuição do povo africano na formação da sociedade brasileira. Porém essa conscientização não existe. E os afrodescendentes sofrem de racismo, desvalorização e preconceito. A cultura afro-brasileira não tem sido valorizada, e muitas vezes é tratada sem a menor importância.

A Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica, representa um importante passo na promoção da igualdade e da valorização da diversidade étnico-racial no Brasil. Essa legislação visa corrigir distorções históricas e assegurar que a educação contribua para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Neste contexto, o presente estudo busca identificar a forma como os livros didáticos de Geografia abordam as relações étnico-raciais, especialmente após a implementação da referida lei.

Esta Lei é simbolicamente uma correção do estado brasileiro pelo débito histórico em políticas públicas em especial para a população negra. Neste contexto, a publicação de livros didáticos pertinentes a História da África, Cultura Afrobrasileira e indígena, para o Ensino Fundamental I, torna-se uma alternativa eficaz para o ensino-aprendizagem nas escolas públicas e particulares sobre o ensino das relações étnicas e raciais. Visto que a docência tem questionado os órgãos públicos sobre a carência de livros didáticos para a efetivação das leis supracitadas.

O principal objetivo desta pesquisa é identificar e refletir sobre um conjunto de obras literárias didáticas do Ensino Fundamental anos finais (6º, 7º, 8º e 9º anos) aprovada no último Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2024, observando a pertinência da Lei 10.639/2003 para uma melhor compreensão de como a disciplina de Geografia aborda a “História e Cultura Afro-Brasileira”. Além disso, busca-se reconhecer os possíveis avanços e limitações no tratamento de temas relacionados à diversidade cultural, à identidade racial e à história afro-brasileira nesses materiais didáticos.

E para que este objetivo seja alcançado, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Avaliar os materiais didáticos escolhidos, com ênfase na aplicação da Lei 10.639/2003; a importância da Lei 10.639/2003 para o ensino da Geografia e para a formação de um aluno crítico e reflexivo; verificar a presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em livros didáticos; e refletir sobre como este tema é abordado na disciplina de Geografia.

A pesquisa justifica-se, principalmente, pela situação das comunidades invisibilizadas no Brasil. A hipótese preliminar que orientará este estudo é que, embora haja um aumento na inclusão de conteúdos relativos às relações étnico-raciais nos livros didáticos de Geografia após a implementação da Lei 10.639/03, ainda persistem lacunas significativas e representações estereotipadas que dificultam uma abordagem crítica e aprofundada sobre a diversidade étnica e racial no Brasil.

Ela será realizada por meio de uma reflexão qualitativa dos livros didáticos de Geografia adotados nas escolas de educação básica. Serão selecionados e avaliados materiais didáticos aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) no ano de 2024. O método incluirá a leitura crítica dos conteúdos, das imagens e das abordagens pedagógicas propostas, buscando identificar a presença de temas relacionados à diversidade étnico-racial, bem como a forma como esses temas são apresentados.

A reflexão dos livros didáticos de Geografia após a implementação da Lei 10.639/03 poderá fornecer importantes insights sobre o estado atual da educação em diversidade étnico-racial no Brasil. Através desta pesquisa, espera-se contribuir para o aprimoramento dos materiais didáticos e para uma efetiva valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar, promovendo uma educação que respeite e celebre a diversidade, favorecendo assim a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel em uma sociedade plural. A pesquisa poderá indicar a necessidade de ações formativas junto aos autores desses materiais e aos educadores, visando a construção de uma educação que realmente reflita a diversidade presente na sociedade brasileira.

O cotidiano escolar é composto por uma infinidade de relações e aprendizagens que permanecem na vida dos/as estudantes pós escola. Muitas destas aprendizagens se referem a objetos do conhecimento que auxiliarão na construção de seres humanos mais complexos e reflexivos.

Outras aprendizagens se referem a construção de estudantes mais críticos, empáticos e conscientes do seu papel na sociedade. O estudo das populações em Geografia, por exemplo, pode ser desenvolvido de diferentes formas. Colocando professor/a e estudante fora do texto ou do contexto, examinando situações como se fossem alheias a eles/as, ou colocando todos/as para dentro dos textos e contextos, proporcionando reflexões a partir das existências de si e do outro.

Ser branco em nosso país, e provavelmente no mundo, vai além do fenótipo, ser branco é ser possuidor de privilégios e oportunidades raciais simbólicas e materiais. É como se a branquitude estivesse em um lugar mais elevado na hierarquia racial e a ela fosse dado o poder de classificar as demais raças, dessa forma sendo “menos” do que ela. No Brasil tivemos políticas de branqueamento disfarçadas de correntes migratórias, e com a história não seria diferente, a história do nosso país e da formação do nosso povo é sempre contada sob um ponto de vista branco e eurocêntrico, apesar do Brasil ser formado majoritariamente por negros.

O Brasil é um país negro, e ainda sim extremamente racista, exatamente isso, o nosso país tem o racismo como pilar estruturante da sua sociedade, do seu Estado e de seu sistema de funcionamento, ele se molda a partir de percepções culturais e uma construção histórica de um imaginário de inferioridade das populações negras no país.

Marcadores sociais nos trazem esses dados, como por exemplo, as taxas de analfabetismo, segundo o Censo de 2022 revela, apenas 4,3% dos analfabetos brasileiros são brancos, enquanto os percentuais de analfabetismo em pardos são de 8,8% e de negros são ainda maiores chegando a 10,1%.

E as disparidades raciais não param por aí, se manifestam de forma alarmante em diversas esferas sociais e políticas. Nas eleições de 2022, apenas 5,27% dos Deputados Federais eleitos eram negros e 20,89% pardos, enquanto 72,26% eram brancos. Essa desproporção é ainda mais acentuada quando analisamos o sistema prisional, onde cerca de 70% da população carcerária é composta por negros (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Além disso, o Atlas da Violência de 2024 revela que 76,5% das vítimas de homicídios no Brasil são negras ou pardas. As desigualdades são visíveis também nas taxas de feminicídio, onde a taxa de assassinatos de mulheres brancas gira em torno de 2,5%, enquanto para mulheres negras essa taxa ultrapassa os 4% (Atlas da Violência, 2024). Esses dados evidenciam a urgência de uma reflexão crítica sobre as desigualdades raciais no Brasil e a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade racial. Todos estes dados e estatísticas são resultado do racismo estrutural que sutilmente vem sendo ocultado e acobertado por políticas públicas mascaradas, esse racismo é ainda mais cruel e perigoso, por ser de difícil percepção.

Por todas estas razões chegamos na importância social, política e educacional deste trabalho e de falarmos sobre a “História e Cultura Afro-Brasileira” na escola. Lastimável termos chegado ao ponto de precisarmos falar sobre este assunto de forma consciente pela imposição de uma lei. Lei esta que nos obriga a ensinar a nossas crianças a real história do nosso país e sobre a formação do nosso povo. Não podemos esquecer que os créditos destas reflexões que levou a elaboração desta lei, devem ser devidamente concedidos ao Movimento Negro Brasileiro que historicamente propuseram e defenderam pautas como essa. Trazer visibilidade para esses assuntos em sala de aula é de suma importância para construção de uma sociedade menos racista e preconceituosa, e para a formação de cidadãos mais críticos e reflexivos, onde apenas o conhecimento poderá nos auxiliar a edificar essas desconstruções conceituais já tão enraizadas em nossa sociedade.

O trabalho está estruturado em três seções principais que abordam temas fundamentais relacionados à educação e à legislação no Brasil. A primeira seção, introdução, apresenta o contexto e os objetivos da pesquisa, além de uma breve visão geral sobre a importância do tema abordado.

Em seguida, reflexões sobre a LEI 10.639/03 são discutidas, detalhando suas implicações e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Por fim, a seção dedicada ao Livro Didático explora o papel dos materiais pedagógicos na implementação da lei e como esses recursos podem contribuir para uma educação mais inclusiva e diversificada. Após as seções citadas, apresento as considerações finais da pesquisa.

2 REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03

A Lei 10.639 decretada e sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 09 de janeiro de 2003, altera a Lei 9.394/96 que é responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), sendo assim, é responsável pela inclusão da obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos das Redes de Ensino brasileiras e a inclusão do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” nos calendários escolares. O conteúdo desta Lei vai além da inclusão obrigatória de conteúdos, ela determina temáticas específicas que devem ser abordadas e dialogadas levando-se em consideração a importância que essas têm na formação do território e da sociedade do nosso país.

A necessidade de criação de uma lei, que nos obriga a ensinar aos nossos alunos a verdadeira história da formação do nosso povo, território e Estado, traz à tona a problematização da, já tão batida, política de branqueamento e do eurocentrismo, já enraizados em nossa cultura, e de fato muito presente nos currículos escolares nacionais. Ao trabalharmos com conhecimento, criticidade e protagonismo os objetos do conhecimento que envolvem políticas antirracistas, podemos desenvolver em nossos alunos conhecimento para que se eduquem para a democracia e cidadania respeitando as pessoas e suas diferenças.

A construção de tal legislação teve ação direta de militantes do movimento negro brasileiro e foi um dos maiores resultados obtidos por estes em articulações com o Estado. Podemos dizer que a elaboração desta lei é uma forma de ação afirmativa para a população negra, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos traz em sua introdução:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

A implementação desta e de outras leis são consideradas parte de políticas de reparação, reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade do povo negro. Conforme o Parecer CNE/CP 03/2004 estas legislações

“(...)de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória.” (BRASIL, 2004, p. 4).

Com isso, podemos compreender e concluir que o Estado Brasileiro, através destes regulamentos legais, reconhece a importância do ensino, da história, cultura e diversidade afro-brasileira, na Educação Básica e a partir destas políticas públicas visa promover a diminuição das desigualdades raciais que foram acumuladas ao longo dos tempos, e tendo como principal objetivo a equidade racial e a promoção da igualdade de oportunidades.

Portanto, a Educação, exerce uma função absolutamente fundamental no combate a erradicação do racismo e da discriminação, além de ser de suma importância para que seja possível reconhecer e valorizar a história da população negra.

2.1. A LEI Nº 10.693/03: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

É visível que a Lei representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira, ao tempo em que reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, cuja bandeira de luta consistia em incluir no currículo escolar o estudo da temática "história e cultura afro-brasileira".

Por outro lado, não podemos esquecer que muito ainda precisa ser feito para que a Lei não se torne letra-morta e venha contribuir, de fato, para uma educação multicultural.

“É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Nesta perspectiva, cabe às escolas incluírem no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.

É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas” (PARECER, 2014, p. 239)

Para que a lei entre em vigor com sucesso e atinja o objetivo esperado é preciso que se capacite os professores que irão atuar nesta área, já que na grande maioria nossos docentes são de formação polivalente, precisam estar habilitados a trabalhar com essa nova temática curricular.

“Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas.

Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação” (PARECER, 2014, p. 240).

Contudo, podemos observar um esforço por parte dos órgãos governamentais ligados à área de promoção da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parceria com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que

possa dar suporte técnico a atuação dos docentes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Com a promulgação da Lei nº 10.693, de 2003, espera-se que a escola assuma realmente o seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de nossa formação étnica.

Segundo o Parecer (2014, p. 239):

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.

Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

A inclusão do ensino de história afro-brasileira pode servir como estratégia de educação para todos, capaz de reduzir os elevados índices de evasão e de repetência dos segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, na sua maioria constituídos por pobres, negros e mestiços. Considera ele que uma das tendências do mundo contemporâneo é o multiculturalismo, que deve se traduzir no respeito e valorização das diferenças socioculturais.

“Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis. Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem, os princípios a seguir explicitados” (PARECER, 2004, p.240)

No atual mundo de economia globalizada, ao contrário do que se previa, houve um revigoramento e uma valorização das culturas regionais e a afirmação de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova "aldeia global", encontram espaço para a defesa de seu direito à diferença e reconhecimento da alteridade.

A par de toda valorização às culturas das minorias sociais, muito pouco se fala das etnias na escola brasileira. Só muito recentemente, por pressão dos movimentos sociais, é que a questão da pluralidade cultural vem encontrando certa ressonância no ambiente escolar.

Segundo GADOTTI (1992):

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada.

(...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.

O ambiente escolar tem se configurado como um espaço de disputas, onde diversos grupos sociais buscam garantir a inclusão e o reconhecimento das identidades e culturas marginalizadas, como é o caso das culturas afro-brasileiras.

Conforme destaca Renato Emerson (2023, p.29):

"(...)o ambiente escolar passa a ser disputado em seu cotidiano, com o protagonismo de educadores e educadoras que, juntamente com militantes do movimento negro, pesquisadores e agentes promotores de culturas de matrizes afro-brasileiras vão realizar atividades e tencionar currículos praticados".

Essa disputa não se limita à ação de professores, mas envolve também o engajamento de militantes e pesquisadores que, em conjunto, buscam transformar o currículo escolar, visando dar visibilidade às contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, o processo de implementação das políticas públicas relacionadas à educação e à inclusão das questões raciais tem sido um campo de intensas negociações. A Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, tem sido um marco importante nessa mudança. Em consonância com esse processo, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), passou a incorporar essa temática de forma mais expressiva.

Segundo Renato Emerson (2023, p.30):

"É neste processo de incorporação das orientações da Lei 10.639 nas políticas educacionais que se insere também o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela seleção, aquisição e distribuição de obras para escolas de redes públicas. Em edições anteriores a 2003, ano de promulgação desta lei, o PNLD já trazia como critério de exclusão de obras os livros conterem ou induzirem preconceito ou discriminação de qualquer tipo. Com a 10.639 e o aumento da preocupação em torno de seus temas no âmbito das políticas educacionais, tal preocupação ganha novos contornos, e a inserção da temática racial no PNLD se torna mais um objeto de disputas."

Dessa forma, a presença da temática racial nos livros didáticos passou a ser um ponto central de disputa e negociação, refletindo a crescente pressão por uma educação mais inclusiva e representativa.

Contudo, um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a escola seja, de fato, um instrumento de afirmação de uma identidade afro-brasileira.

É preciso propiciar por meio do ensino em todos os níveis, o conhecimento de nossa diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais de nosso rico e multifacetado da cultura afro-brasileira. Para que possa ser minimizado a desvalorização da cultura afro e o racismo em nosso país.

2.2 VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

Devido à grande diversidade cultural existente em nosso país temos que valorizar a cultura afro-brasileira nas escolas, para que os alunos possam conhecer a cultura de nossos descendentes e valorizá-la.

É importante que o povo brasileiro conheça sua história e a origem de sua cultura e para isso é muito significativo que possamos estudar a história da cultura afro-brasileira. Assim posto, os conteúdos relacionados à cultura e à história da África e dos negros brasileiros poderão atuar no sentido de expor as lacunas e as ideias que fundamentaram a ideologia de dominação racial. Assim sendo, a Lei 10639/03 pode constituir-se como uma ferramenta de luta contra-ideológica, pois “o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava” (CHAUI, 2011, p.25)

A escola é um lugar de discussões, reflexões e transformações na maneira de pensar, que muitas vezes está arraigada na estrutura familiar. Se a escola não proporciona discussões sobre este tema, em que outro lugar isso pode acontecer com potencialidade científica e acadêmica. O racismo nasce do desconhecimento e a escola é um lugar privilegiado de conhecimento.

De acordo com Silvio de Almeida:

Todo o racismo é estrutural, porque o racismo não é um ato, o racismo é um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente ou seja, estamos falando aqui de um conjunto de costumes, situações, hábitos, regras e falas que favorece e desenvolve a segregação tanto direta como indiretamente (ALMEIDA, 2018, p.34).

A escola, por meio dos objetos do conhecimento de diversos componentes curriculares, pode/deve tratar de questões ligadas às diferenças com criticidade e consciência. Se o racismo é um processo criado pela sociedade, a escola pode romper com este processo esclarecendo os fatos de forma acadêmica, desenvolvendo o conhecimento e minimizando a ignorância.

3 O LIVRO DIDÁTICO

No Brasil, as primeiras movimentações a respeito de Livro Didático iniciam-se com o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, cria o Instituto Nacional do Livro, em 1938 é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que é responsável pelo controle de produção e circulação do livro didático no País,

durante diversos anos houve muitas movimentações nas políticas públicas relacionadas ao livro didático, mas somente em 1985, teremos a instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), como conhecemos hoje através do Decreto nº 91.542, de 19/8/85. O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira.

O livro didático faz parte da cultura escolar, impossível pensar em escola e não associar rapidamente ao livro didático, ele está presente nas escolas há muito tempo, sendo um grande aliado dos professores na jornada do ensinar. O livro didático está longe de ser o ideal e/ou talvez não esteja sendo utilizado corretamente, mas com certeza existe muito interesse nesta mudança e pessoas empenhadas para que isto ocorra o mais breve possível.

É importante pensarmos na formação de um aluno mais reflexivo, utilizando-se da identificação e interpretação de elementos cotidianos que podem ou não estar presentes nos livros didáticos. Refletir sobre a importância do livro didático no ensino e aprendizagem não é tarefa simples, visto a complexidade de elementos que compõem tais documentos e análises.

O livro didático tem por finalidade ser um recurso responsável pelo auxílio no processo ensino aprendizagem, onde em muitos casos é a única fonte de informação e recurso didático tanto para os professores quanto para os alunos, pois ao mesmo tempo em que facilita o trabalho do professor, auxilia o estudo e a compreensão por parte dos alunos.

O livro didático foi e continua sendo uma das maiores e mais importantes bases de apoio do cotidiano escolar e é, sem dúvida, o mais utilizado, porém o uso deste recurso deveria ser um suporte para auxiliar na ampliação do conhecimento e não um fator delimitante de informações, já que, como citado anteriormente, para muitos educadores é a única fonte de informação, mesmo em um mundo globalizado e digital.

Diante das atuais condições de trabalho dos professores o livro didático mantém-se como recurso instrumental mais presente em sala de aula ele é de fato fundamental e indispensável, mas não pode ser a única fonte ou recurso para pesquisas, os livros didáticos não são donos de uma verdade absoluta, isso limita, reprime e restringe o instigar, a curiosidade, e o desenvolvimento do aluno.

O livro didático não pode e não deve ser utilizado em sala de aula como único meio de informação, deve sim ser usufruído como material de apoio, os professores necessitam recorrer a outras formas de informação, como: documentários, jornais, literatura especializada, entre outras .

Conforme COSTELLA (p. 180 2017) Quem vai intermediar as leituras que compreendem as entrelinhas dos Livros Didáticos são, por excelência, os professores. A formação dos mesmos deve priorizar o entendimento de alunos, além do entendimento de conteúdos.

Costella, enfatiza o papel essencial dos professores como mediadores do processo de leitura crítica dos livros didáticos. Essa mediação vai além da simples transmissão de conteúdos, destacando a importância de promover nos alunos a capacidade de interpretar as "entrelinhas" presentes nos textos. Ou seja, os professores não devem se limitar a explicar conceitos explícitos, mas precisam fomentar a leitura crítica, a reflexão e a autonomia dos estudantes, valorizando também o entendimento das necessidades e das especificidades de cada aluno. Isso traz uma abordagem mais humanizada e contextualizada da educação, em que o foco está na aprendizagem significativa. Nesse sentido, o professor não é apenas um transmissor de informações, mas um facilitador do desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes.

Essa perspectiva reforça a importância da formação continuada de professores, que devem estar preparados para lidar com a diversidade das turmas e as múltiplas interpretações que os alunos podem dar ao conteúdo.

Além disso, destaca-se o papel do livro didático como um recurso, e não como um fim em si mesmo, cabendo ao professor potencializar seu uso de forma crítica e reflexiva. A escolha do livro didático é responsabilidade da escola e dos professores, e esta seleção deve ser feita com extremo cuidado e atenção.

Como tudo no Brasil sempre temos interesses políticos envolvidos, e com o livro didático não seria diferente, ele enfrenta vários percalços e desafios que vão de custos altos até uma censura velada.

Trata-se de é um negócio extremamente lucrativo e rentável, produzido a partir de complexas tramas de relações de poder, isso já nos dá uma ideia inicial de que o conteúdo dos livros didáticos nem sempre é o mais importante, mas sim o cumprimento das inúmeras regras e normas previamente impostas. Levando em consideração que a maior parte dos alunos que têm acesso a esses materiais são alunos de escolas públicas, provenientes de famílias, em sua maioria, com baixa escolaridade e renda, esse fato é preocupante, pois muitas vezes esses livros são o único contato dessas famílias com documentos portadores de conhecimento, então seus conteúdos muitas vezes "mascarados" são de suma importância.

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História, Geografia e demais disciplinas.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA A CIDADANIA

A Geografia, por muitas vezes, tem sido vista pela comunidade como um componente curricular que prima pela memorização, voltada a informações e dados enciclopédicos.

Os livros didáticos, por muitos anos, reforçavam esta ideia, com questões reducionistas e textos cansativos. Hoje, sabemos que as discussões geográficas devem ser complexas, instigativas, interpretativas e voltadas para o desenvolvimento da cidadania. E os livros vem acompanhando com alguns textos críticos e questões reflexivas.

Segundo COSTELLA (p. 183, 2017) O entendimento dos acontecimentos de forma reflexiva permitirá o entendimento do outro pela complexidade. Quando trabalhamos de forma simplista os conteúdos e conceitos geográficos, estamos abortando a possibilidade de desenvolver a ideia, a síntese e a autonomia de quem discute Geografia.

Aqui a autora ressalta a importância de uma abordagem reflexiva no ensino de Geografia, evidenciando que a compreensão profunda dos acontecimentos permite ao estudante enxergar a complexidade das relações humanas e sociais.

Essa perspectiva vai além da simples memorização de conceitos e fatos, propondo uma prática pedagógica mais crítica e significativa. Segundo ela, o reducionismo compromete o desenvolvimento de competências essenciais, como a capacidade de síntese, a autonomia e o pensamento crítico. Ao reduzir a Geografia a uma lista de conteúdos descontextualizados, o processo de ensino-aprendizagem perde o potencial de formar cidadãos capazes de interpretar a realidade e atuar nela de forma crítica e transformadora.

Assim, o professor é convocado a adotar práticas pedagógicas que estimulem a reflexão, a interpretação e a análise crítica dos fenômenos geográficos. Isso implica o uso de metodologias voltadas aos estudantes, como estudos de caso, análise de imagens, mapas, gráficos e o debate sobre temas atuais que envolvam a dinâmica do espaço geográfico. Dessa forma, o ensino da Geografia passa a contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e conscientes de sua participação no mundo.

Sabemos que a qualidade do ensino não é a mesma em todas as escolas, mesmo que sejam de mantenedoras semelhantes. Não estamos falando aqui de objetos do conhecimento, que são praticamente os mesmos em todas as escolas, estamos falando da forma de abordagens destes objetos. Estas formas podem transladar por memorização, interpretação ou uma análise crítica e transformadora, tudo depende de como o professor aborda estes objetos. Este fato vale também em relação ao racismo e a visibilidade de muitas comunidades.

Portanto, temos fatores bem importantes a serem destacados, como: o trabalho dos profissionais da educação, a estrutura, a organização e a forma como é feita a distribuição da verba da escola. As relações de professores e alunos, as metodologias didáticas e as relações ensino/aprendizagem também fazem diferença. Não podemos esquecer que um bom educador é um incentivador, ele trabalha se aproveitando da criatividade e do interesse dos seus alunos, aguçando neles a vontade do saber.

Então, cabe a nós profissionais da educação, procurar despertar esse interesse em nossas crianças e adolescentes, porém, buscar por este conhecimento analíticas e reflexivos não é uma tarefa fácil, principalmente hoje em dia onde precisamos disputar a atenção dos nossos alunos com os celulares, corriqueiramente o educador está ministrando a aula e os alunos jogando, ou mexendo em suas redes sociais, em seus smartphones escondido. Com tantas adversidades, trago o questionamento, como despertar e manter a atenção e o interesses destes jovens?

Destaco a importância da aprendizagem com a Geografia de maneira articulada, envolvendo os diferentes aspectos, como natureza, sociedade, geopolítica e questões ambientais. O espaço a ser lido pelos estudantes não é compartimentado, por isso a necessidade de uma leitura mais profunda, que busca o porquê dos acontecimentos no tempo e nos lugares. A cidadania perpassa pela leitura consciente do espaço, por isso a Geografia auxilia na construção da cidadania.

Conforme COSTELLA (p. 179, 20) “Não há como um professor trabalhar com seus alunos, de forma a desenvolver potencialidades e reflexões, se obedecer à lógica separatista dos assuntos didaticamente colocados nos manuais”.

Costella, traz uma crítica relevante ao modelo tradicional de ensino fragmentado, comum em muitos manuais e livros didáticos. Ela aponta para a necessidade de superar a lógica separatista dos conteúdos, propondo uma abordagem mais integrada e contextualizada no processo de ensino e aprendizagem.

Ao trabalhar com conteúdos de forma isolada, o professor limita a capacidade dos alunos de estabelecer conexões entre os diferentes saberes, o que pode comprometer o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a reflexão e a autonomia. Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar surge como uma alternativa eficaz, pois possibilita que o estudante compreenda a complexidade do mundo real, onde os problemas raramente se apresentam de forma compartimentada.

Assim, Costella (2017) convida educadores a refletirem sobre suas práticas pedagógicas e a buscarem formas de integrar os conteúdos, promovendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

Isso requer uma formação docente contínua, além de uma revisão crítica dos materiais didáticos, para que deixem de ser manuais compartimentados e passem a ser instrumentos de mediação para a construção de uma visão mais ampla e integrada do mundo.

O professor de Geografia de certa forma é privilegiado, possui um leque de opções de aulas mais didáticas, com efeitos visuais, visitas a museus, espaços urbanos e desenvolvendo atividades ao ar livre, dessa maneira o educador incentiva e desperta a atenção e a criatividade de seus alunos. É interessante salientar que as imagens também são necessárias, pois as ilustrações e fotos podem render vários minutos de atenção. Os mapas também são métodos indispensáveis para a aprendizagem.

Não podemos esquecer que os mapas são textos e por esta razão devem ser lidos e interpretados. Nos livros didáticos, há muitas imagens e mapas que o professor pode e deve explorar.

Até aqui falamos das dificuldades, e das mudanças necessárias para que o ensino da Geografia se torne mais completo, fluido, e ligado a vida e ao dia a dia dos nossos alunos, com o intuito que eles possam compreender o valor da Geografia em sua formação. Ao chegar a essa conclusão, nossos alunos poderiam levantar o questionamento, qual é a verdadeira importância desta disciplina?

Neste entendimento, pressupõe-se que o ensino de Geografia assume a função de potencializar ao estudante o exercício dos conhecimentos críticos frente a sua realidade social, política, econômica e ambiental, sobretudo, atuando como instrumento de transformação de leitura e compreensão do mundo em que vive. A Geografia é uma ciência e um conhecimento escolar responsável por uma lógica de pensamento que pode tornar o estudante muito mais consciente de suas ações e com um poder de reflexão incalculável. Com isso, abrem-se possibilidades para um pensamento autônomo a partir da internalização do raciocínio geográfico orientando a formação do aluno (PNLD 2017, 2016, p. 32).

Neste trecho o PNLD nos deixa nítido que a Geografia escolar, trabalhada de forma ultrapassada, demonstra deficiências relacionadas a esse propósito, através de conteúdos escolares engessados, pré-definidos, em sua maioria descritivos e estáticos, sobre esta relação da geografia e o objetivo da educação para a cidadania crítica, Azambuja, contribui da seguinte forma:

Para cumprir a finalidade cidadã, sintonizada com a formação de sujeitos ativos e participantes, impõe-se a renovação paradigmática da Geografia Escolar. É necessário alterar os métodos da ciência e da didática da ciência. O conteúdo-forma disciplinar da Geografia terá então a finalidade de instrumentalizar os estudantes para a desejada cidadania ativa. Não mais a formação de sujeitos passivos que se adaptam a uma Pátria já pronta. A formação geográfica escolar precisa promover outra cidadania, ativa, criativa, participante. A identidade com a Pátria será então de sujeitos identificados com a construção de um território em movimento. As transformações teóricas e metodológicas da ciência e da didática da ciência, já praticadas em muitas escolas e também incluídas em Coleções Didáticas, identificam superações, ainda que parciais, da perspectiva informativa e conteudista dessa prática de ensino. (AZAMBUJA, Leonardo, 2017, p. 64).

Uma crítica à forma tradicional de ensino da Geografia, conforme delineada pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Ele ressalta que a geografia escolar, quando ensinada de maneira convencional, apresenta limitações significativas em relação ao desenvolvimento de uma cidadania crítica.

O autor Leonardo Azambuja comenta sobre uma reformulação nas metodologias de ensino e aprendizagem de Geografia. Nestas reformulações acreditamos que uma Geografia renovada representa o abandono de uma Geografia tradicional. Entendemos por tradicional uma Geografia informativa e enciclopédia, que tem por objetivo a reprodução sem a reflexão. Um professor poderá utilizar somente o quadro, a caneta e o livro didático e não ser tradicional, por outro lado, um professor pode trazer vários instrumentos como slides, músicas e mapas e ser tradicional. A diferença entre ser ou não tradicional é a maneira como o professor promove a aprendizagem, de forma dialogada e construtiva. O que está em pauta aqui é uma Geografia cidadã, que envolve o estudante em seu protagonismo para refletir sobre o mundo, discuti-lo e mudá-lo.

Os livros didáticos na atualidade têm como objetivo o desenvolvimento de um aluno crítico e criativo, mas vai depender muito da forma como o professor intermedia a aprendizagem.

A educação para a cidadania crítica exige que os alunos desenvolvam a capacidade de analisar, interpretar e intervir nos diferentes contextos em que estão inseridos. Para isso, é fundamental que o ensino de Geografia se distancie dos conteúdos meramente descritivos e se aprofunde em questões relacionadas às desigualdades sociais, às dinâmicas ambientais, aos direitos humanos e à diversidade cultural.

Conforme COSTELLA (2017, p. 179), o livro didático, aparentemente, tem como produto o conteúdo, mas o professor, ao revirá-lo, ao iluminá-lo, ao libertá-lo, ao desorganizá-lo e ao ouvi-lo, pode, sim, ter como produto o aluno, o seu pensamento, a sua produção de ideias.

A Geografia escolar deve evoluir para uma abordagem mais crítica e reflexiva, que prepare os alunos para serem cidadãos conscientes e ativos, capacitando-os a compreender e intervir nos desafios contemporâneos que afetam suas comunidades e o mundo.

4 A CULTURA AFRO BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Verifica-se, nos cotidianos escolares, que a existência da lei 10.369, (já sancionada há 18 anos), não garante a internalização da necessidade deste tema tão caro e necessário para a escola e principalmente para o ensino/aprendizagem da Geografia.

Neste sentido, a escolha metodológica foi examinar quatro obras literárias didáticas do ensino fundamental anos finais, da disciplina de Geografia de uma mesma coleção aprovada pelo último Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) – (Tabela 1) – para elaborarmos uma ideia de como anda a implementação destas normas e verificar de que forma os livros didáticos nos trazem a temática em questão já obrigatória por lei a tantos anos.

A implementação das normas educacionais, especialmente em Geografia, encontra eco nas obras didáticas analisadas, que demonstram esforços significativos para atender às necessidades do currículo. Contudo, é fundamental que os educadores continuem a refletir sobre a prática pedagógica e que as editoras estejam abertas ao feedback, adaptando os materiais ao dinamismo das novas realidades sociais e ambientais. Esse processo colaborativo entre a educação formal e as demandas contemporâneas é vital para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

A reflexão sobre os livros didáticos pode oferecer uma visão nítida sobre como temas obrigatórios foram incorporados ao currículo escolar ao longo do tempo, especialmente em uma disciplina tão importante quanto a Geografia.

Neste contexto, focaremos em quatro obras literárias didáticas de uma mesma coleção, que foram aprovadas pelo último Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

A proposta é discutir as metodologias adotadas e a forma como se aborda a temática geográfica, além da conformidade com as normas estabelecidas por lei.

Para a realização da pesquisa foi escolhida a seguinte coleção:

Tabela 1. Lista de livros analisados

Nº	Coleção	Ano da Educação Básica	Autores	Editora	Ano de Edição
01	Geração Alpha Geografia	6º ano	Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros	SM Educação	2022
02	Geração Alpha Geografia	7º ano	Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros	SM Educação	2022
03	Geração Alpha Geografia	8º ano	Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros	SM Educação	2022
04	Geração Alpha Geografia	9º ano	Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros	SM Educação	2022

Fonte: Geração Alpha

A escolha desta coleção foi devido à relevância e o impacto que esses materiais têm no processo de ensino e aprendizagem e devido à sua ampla utilização no meio em que atuo. Além disso, os livros apresentam propostas metodológicas interessantes que conversam com os desafios que encontramos em sala de aula, o que despertou meu interesse em refletir como esses recursos podem ou não influenciar o ensino. Também considerei o fato desta coleção incentivar a interdisciplinaridade, apresentando uma visão ampla dos conteúdos.

Optar por essa coleção tem total relação com meu cotidiano escolar, que se iniciou antes mesmo de finalizar a graduação, sou professora há cerca de quatro anos, leciono na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Alvorada, em uma escola com cerca de 1600 alunos, que se distribuem em fundamental I, fundamental II, ensino médio e curso normal.

Essa experiência tem sido transformadora para mim, a sala de aula é um espaço de troca constante, onde aprendo tanto quanto ensino. Durante esse tempo, desenvolvi habilidades essenciais, como a capacidade de atrair a atenção dos estudantes, de adaptar minha abordagem às necessidades de cada turma, de lidar com os desafios do cotidiano escolar com criatividade e buscar estratégias para tornar o aprendizado significativo para eles. Além de ensinar Geografia, acredito que minha função também envolve inspirar e motivar os estudantes, ajudando-os a perceber seu potencial e suas possibilidades.

Como professora, reconheço a necessidade de compreender em profundidade os recursos didáticos com os quais trabalho, para avaliar tanto suas qualidades quanto seus limites e propor melhorias que possam impactar positivamente o cotidiano escolar.

4.1 METODOLOGIA

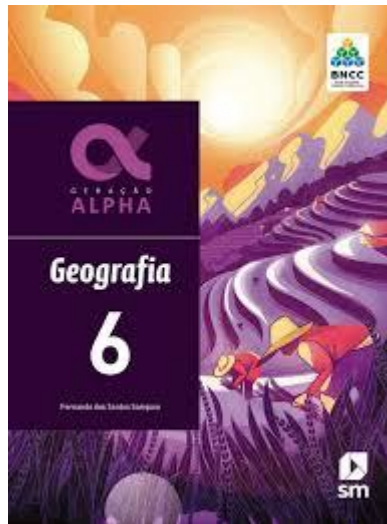
A reflexão das obras será realizada em três etapas:

- **Levantamento de dados:** Nesta primeira etapa serão identificadas as quatro obras didáticas da Coleção, levando em conta as orientações curriculares do ensino fundamental II e os objetivos de aprendizagem da disciplina de Geografia.
- **Avaliação sobre o conteúdo:** Na segunda etapa haverá uma avaliação dos temas abordados, metodologias empregadas, e recursos didáticos utilizados nas obras, tendo como objetivo verificar a adequação ao currículo oficial e se contemplam questões atuais como sustentabilidade, globalização e direitos humanos.
- **Reflexão Crítica:** Na terceira e última etapa, uma pequena reflexão sobre a efetividade dos livros na aplicação das normas do currículo, bem como, um breve levantamento buscando pelo referido tema nas obras escolhidas, e ainda apontar possíveis falhas ou pontos positivos das obras examinadas.

4.2 REFLEXÃO DAS OBRAS

- **Obra 1:** Geografia 6º ano do ensino fundamental – Geração Alpha.

Figura 01 – Capa do livro de Geografia 6º ano do ensino fundamental – Geração Alpha



Fonte: Geração Alpha

Conteúdo: Esta obra nos oferece uma análise clara sobre o mundo complexo e dinâmico em que o ser humano transita, seu lugar de vida e relação com o meio ambiente, tendo foco maior na parte da Geografia Física. Trata-se, portanto, de levantar tópicos sobre a interdependência dos vários ecossistemas e sociedades humanas, influência das atividades humanas sobre o ambiente e práticas sustentáveis que podem ser propostas para amparar e minimizar esses impactos. Têm ainda espaço para diversidade atual, como mudanças climáticas, biodiversidade e a necessidade de políticas ambientais que concretizem as questões ao longo do processo em que os estudantes possam identificar de forma mais clara como a geografia pode ser uma aliada na análise e na solução de problemas globais.

Metodologia: A metodologia do presente material consiste na abordagem do trabalho por projetos, bem por entender que os alunos precisam estar inseridos e imersos na temática discutida por meio de trabalho prático e pesquisa. Essa modalidade, além de tornar o aprendizado mais dinâmico e participativo, também faz os estudantes utilizarem o conhecimento produzido nele com os colegas.

Durante o processo, os alunos são incentivados a trabalhar investigações abrangentes, a fazer perguntas críticas e apresentações criativas, valorizando habilidades importantes do século XXI como a capacidade de resolver problemas, colaborar e comunicar.

Recursos Didáticos: A obra inclui mapas temáticos, gráficos e infográficos, que são utilizados para simplificar o entendimento de conceitos geográficos mais complexos. Recursos visuais como esses facilitam a leitura, permitindo que os alunos vejam a aplicação prática dos assuntos estudados, bem como, sugestões de exercícios que incluem a comunidade escolar, promovendo a compreensão e engajamento dos alunos com o mundo ao seu redor. As atividades propostas também envolvem feiras científicas e atividades de jardinagem de curto a médio prazo, campanhas de reciclagem entre outros, estas atividades não só enriquecem o aprendizado, mas também criam cidadãos ativos e ambientalmente responsáveis. Por ser uma obra que aborda em sua integridade temas da Geografia Física, quando o analisamos observando os objetivos deste trabalho, não temos referências em imagens e atividades.

- **Obra 2:** Geografia 7º ano do ensino fundamental – Geração Alpha.

Figura 02 – Capa do livro de Geografia 6º ano do ensino fundamental – Geração Alpha.



Fonte: Geração Alpha

Conteúdo: A obra "Geografia 7º Ano do Ensino Fundamental – Geração Alpha", nos apresenta uma abordagem contemporânea e integrada da Geografia, em uma tentativa positiva de conectar a disciplina com o dia a dia dos estudantes. Entre os principais conteúdos abordados, temos em destaque o Brasil e a sua Geografia Humana e Física, trazendo desde o estudo dos elementos naturais da Terra, como clima, relevo, vegetação e hidrografia, até suas interações e importâncias para o desenvolvimento das sociedades.

Metodologia: A obra em questão adota uma metodologia que promove uma visão mais ativa e participativa ao incluir diversas estratégias de ensino para envolver os alunos no processo de aprendizagem. Uma das metodologias destacadas é a Aprendizagem Baseada em Projetos semelhante à utilizada na obra anterior. Ela estimula a organização e desenvolvimento de projetos que relacionem o conteúdo geográfico com a realidade local dos estudantes para incentivar o envolvimento na pesquisa e a análise crítica dos temas estudados. Os livros também incluem atividades práticas importantes que propõem oficinas, estudos de campo e experimentos para proporcionar uma vivência direta com os conteúdos apresentados. Além disso, estimulam a reflexão e o debate sobre temas atuais para que os estudantes possam expressar suas opiniões e desenvolver o pensamento crítico. A presença da tecnologia é presente em diversos momentos com sugestões de uso de recursos digitais e online que complementam o ensino presencial e enriquecem a aprendizagem de forma mais dinâmica. A interdisciplinaridade em áreas como História e Ciências também é incentivada para enriquecer a troca de conhecimentos. Isso contribui para uma aprendizagem mais ampla dos temas em questão.

Recursos Didáticos: A obra "Geração Alpha" possui vários recursos didáticos adicionais que reforçam o ensino-aprendizagem. A coleção nos traz textos de maneira organizada, que possuem uma leitura fácil, ilustrados com imagens, mapas e gráficos para ajudar no desenvolvimento adequado da aprendizagem, bem como, atividades e exercícios práticos complementares ao conteúdo ensinado para fixação do conhecimento e aquisição de habilidades. Vale destacar que a obra possui também o guia do professor, que auxilia com material aos educadores, complementa planos de aula, fornece sugestões de ensino e avaliação.

Esta obra, por ser um volume dedicado ao estudo do território brasileiro, é sem dúvidas a que mais possui imagens e atividades que incluem a “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Ilustração 1 – Danças da História e Cultura Afro-Brasileira



Fonte: Geração Alpha.

Esta imagem ilustra um subtítulo dedicado à população negra, o processo histórico e o seu percentual na formação da população brasileira, bem como, as desigualdades de condições socioeconômicas, cultura e lutas dos movimentos de consciência negra.

Ilustração 2 – Artesanato feito pelas mulheres quilombolas



Fonte: Geração Alpha.

Já nesta imagem temos a representatividade do povo quilombola, em uma seção que propõe assuntos ligados aos povos tradicionais e atividades extrativistas, como a inserção socioeconômicas desses povos e suas pluralidades.

Ilustração 3 – Atividade dirigida sobre Manifestação “Vidas Negras Importam”

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Justiça

- Comente com a turma que, mesmo com a maior desigualdade socioeconômica e a pauta antirracista no Brasil, ainda é necessária maior conscientização de todos, pois a população negra sofre com o preconceito e o racismo em diversas situações todos os dias. Reflita essa fato com a reportagem feita pelo Atlas da Violência, indicada no texto, de que a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil.
- Aproveite a oportunidade e aplique a turma o conceito de racismo estrutural. Informe que esse tipo de racismo não é o ato individualizado de uma pessoa contra a outra que também é muito recorrente em nossa sociedade, mas, que se trata de algo que está ligado à cultura, às práticas e às normas de conduta, às instituições e às práticas sociais que de modo geral acabam, que naturaliza a presença e a forma de atuação das castas orientadas pelas populações discriminadas.
- Comente que o período escravagista do Brasil, em que milhões de africanos foram trazidos à força para ser agricultores e escravizados, colocados à margem da sociedade e privados de qualquer direito, ainda hoje está em nossa sociedade. Mesmo após o fim da escravidão, muito pouco foi feito por parte do Estado brasileiro em termos de políticas públicas para reverter essa situação e promover a igualdade de direitos e oportunidades.
- A seção permite o desenvolvimento das competências: **CEBR1, CEBR2, CEBR3, CEBR4, CEBR5, CEBR6 e CEB7**, assim como de outras competências transversais.

Educação em direitos humanos

Objetivos

1. Historicar o passado historicamente movimentado do domínio e de combate ao racismo no Brasil, há como o movimento George Floyd nos Estados Unidos, em 2020, que a pauta antirracista ganhou ainda mais força no país, dominando a grande mídia e levando a discussão a todos os âmbitos da sociedade.
2. Espera-se que os estudantes argumentem que uma sociedade mais justa, em que as pessoas sofrem menos discriminação, pode ser alcançada por meio de um modo diferente de pensar por parte de quem nos dá o grupo social, ou, ainda, não pode ser alcançada pela elite e governantes. O racismo presente em sociedade é a maior dificuldade de muitos indivíduos que as pessoas que sofrem esse tipo de discriminação conseguem alcançar de qualidade e bons empregos e anuários possíveis de chegar em seus trabalhos, entre outras situações.

AMPLIANDO HORIZONTES

Luta contra o racismo: a pauta-chave para enfrentar as desigualdades

O combate à desigualdade social sempre foi uma pauta-chave para enfrentar as desigualdades. Nos últimos anos, a manifestação da sociedade civil contra o racismo ganhou força no Brasil e no mundo. Saiba mais, leia e compartilhe.

Em junho de 2020, uma manifestação internacional para que o mundo se tornasse mais justo e igualitária. A manifestação foi realizada em mais de 100 países e teve como foco a luta contra o racismo. A manifestação foi realizada em mais de 100 países e teve como foco a luta contra o racismo. A manifestação foi realizada em mais de 100 países e teve como foco a luta contra o racismo.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Organize os estudantes a se organizar em grupos e pesquisar a que significava a luta da democracia racial no Brasil, começando segundo a ideia de que temos um ambiente heterogêneo de convivência inter-racial, misturando, assim, o discriminação social. Com base nessa pesquisa, eles devem produzir um vídeo curto de até 5 minutos, a partir de argumentos e dados de fontes confiáveis, explicando por que é fundamental a afirmação de que o Brasil é uma democracia racial. Oriente os alunos a criar conteúdos e utilizar imagens diversas em seus vídeos.

Fonte: Geração Alpha.

Esta atividade extra, nos possibilita um leque de opções a serem trabalhadas com os estudantes, como: o preconceito, a discriminação, o racismo, o atlas da violência, o racismo estrutural, o passado escravagista e inclusive direitos humanos.

- **Obra 3:** Geografia 8º ano do ensino fundamental – Geração Alpha.

Figura 03 – Capa do livro de Geografia 8º ano do ensino fundamental.



Fonte: Geração Alpha.

Conteúdo: Neste volume é apresentada a relação entre espaço geográfico e os direitos dos cidadãos, ressaltando como a formação dos territórios define as condições de vida, os direitos humanos e a participação social das comunidades que vivem naquele espaço. Os tópicos tratados abrangem questões como o acesso a serviços públicos, a má distribuição de recursos e renda e políticas de urbanização, indicando, assim, a importância que a geografia possui na compreensão e realização de direitos básicos e essenciais. Além disso, destaca a participação da sociedade na construção de políticas públicas, sugerindo que os cidadãos sejam ouvidos, garantindo assim que as necessidades locais sejam atendidas e que decisões políticas possam atender a diversidade das comunidades contribuindo para a promoção da justiça social e igualdade territorial.

Metodologia: A metodologia proposta é o debate e a discussão em sala de aula para criar aquele ambiente estimulante que permita a formação de uma opinião crítica e consciente dos alunos. As atividades podem incluir o uso de estudos de caso, debates estruturados, simulações de conselhos comunitários e experiências de participação cidadã em diferentes contextos geográficos.

Os alunos são incentivados a trazer suas experiências e percepções de sua cidade, promovendo assim uma reflexão profunda sobre sua relação com o espaço geográfico e direitos.

A metodologia se ajusta para dar a escolha do tema ao aluno para selecionar o que ele percebe ser o mais relevante, garantindo assim uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Recursos Didáticos: Para enriquecer o processo de ensino, este volume traz ideias diferenciadas de recursos didáticos, por exemplo, a realização de debates, conversas e encontros temáticos, onde os alunos podem discutir e refletir sobre os temas estudados. São sugeridos vídeos que destacam questões geográficas e de direitos dos cidadãos, com links e referências fornecidos para acesso rápido. Os conteúdos incluem vídeos com cenas urbanas e rurais, entrevistas com líderes comunitários e materiais educativos com foco na cidadania ativa.

Buscando criar um ambiente de ensino dinâmico, onde os alunos possam não só adquirir conhecimentos, mas também desenvolver competências sociais. Em relação ao estudo proposto temos pouca referência neste volume, mas ele aparece em estudos dirigidos como a seção Ampliando Horizontes, onde vinculam assuntos como a cultura do hip hop, sua marginalização, sua expressão artística de contestação política, sendo atribuída principalmente a população jovem negra (Ilustração 01), e em outro momento traz a África, seus estereótipos, a forma equivocada como o senso comum a vê de forma unitária e homogênea e cita o Brasil sugerindo que o nosso país também é passível de generalizações, sendo que temos uma vasta riqueza cultural formada justamente pela grande diversidade de povos e culturas formadoras do nosso país, abrindo aqui para trabalharmos a diversidade cultural brasileira (Ilustração 2).

Ilustração 1 – Atividade Dirigida Hip Hop e cultura formadora

AMPLIANDO HORIZONTES

Hip-hop: a voz da periferia

O hip-hop surgiu na década de 1970 em Nova York, como movimento artístico nascido da periferia. Foi inicialmente uma expressão cultural das comunidades afro-americanas e latinas da cidade de Nova York. Desde o início dos anos 1980, se espalhou para outras partes do mundo.

Diferente e formado por seus integrantes, o hip-hop é uma cultura que se desenvolveu em um contexto de exclusão social e econômica. O estilo político é um espaço de disputa, de negociação e de resistência. Seus integrantes buscam expressar suas ideias e sentimentos através da dança, do rap, do grafite e da música.

Como expressão cultural, o movimento hip-hop é visto como um fenômeno social e político. Ele representa a voz da periferia e a luta por direitos e reconhecimento.

Atividade 1

1. Leia o texto e reflita sobre o que você aprendeu sobre o hip-hop.
2. Pesquise sobre o hip-hop em outras partes do mundo e compare com o que você aprendeu aqui.
3. Faça um vídeo curto sobre o hip-hop e compartilhe com seus colegas.
4. Escolha um trecho do texto e faça um pôster ou uma cartazinha para divulgar o hip-hop.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Resposta

• A criação desta seção pode ser uma oportunidade para trabalhar o trabalho de campo com os alunos em sua comunidade. Através das expressões do movimento hip-hop, como o grafite e o rap, é possível trabalhar as expressões artísticas surgidas em espaços de exclusão social e econômica. É possível trabalhar a diversidade cultural e étnica através do estudo do hip-hop.

PARA SABER MAIS

3. Como se os estudantes considerarem que há outras maneiras de trabalhar de que eles podem aprender na música, na dança e no grafite, é possível trabalhar o tema da diversidade cultural e étnica através do estudo do hip-hop. Isso pode ser feito através de pesquisas e debates em sala de aula.

Fonte: Geração Alpha

Ilustração 2 – Atividade dirigida Ampliando Horizontes “A verdadeira África”

AMPLIANDO HORIZONTES

A verdadeira África

Muitas pessoas imaginam e conhecem a África da forma equivocada. A seguir, leia trechos de uma entrevista com o diretor do projeto Africão, que busca desconstruir estereótipos negativos comunitários associados à África.

África sem estereótipos

Carla Echeverri: Quais as principais generalizações sobre a África? Podemos falar do continente como algo uniformemente desenvolvido de pontos e características culturais que o povoou?

Fiana Pereira: Há ainda um grande desconhecimento sobre o continente na Brasil. Além dos estereótipos negativos, também há uma romantização de uma África medieval, perdida no tempo. O que muda? Mudar a perspectiva de acesso de informação e revelar as Áfricas espalhadas, contemporâneas, fora dos estereótipos. E são locais tecnológicos, sustentáveis, inovados, contemporâneos. É o novo “Mundo”, pois é impossível falar de uma África se não se incluímos um dos grandes eixos do mundo contemporâneo. A generalização de uma única África que tenta ser desmistificar toda a diversidade do continente. Essa generalização, inclusive, também é prejudicial. Quando a televisão mostra um atentado na Nigéria ou um conflito no Sudão, associam-se essas imagens ao resto do continente, desconsiderando que são 54 países. Como que conflituosidade política existem, mas é preciso entender que são locais e situações específicas, assim como é no Brasil, no Japão ou em todo o resto do mundo.

CE: Um ponto crucial que é sempre dito: não se deve esquecer os elementos negativos, como guerras civis, choques étnicos, violência...



Apesar da crescente riqueza da África e suas inovações, como é o cenário, não é o que ocorre em todos os países. Há países da África do Sul e da Índia, na América, uma economia moderna da África. Foto de 2019.

...Mas também, presentes em parte do continente, mas que devem ser contextualizados.

FP: ... Sim... [há] um número estimado de 1 bilhão de pessoas e 50 países. Muitos desses são exemplos de que acontece em uma região do país, mas não ocorre, não é nada que ocorre. Por exemplo, existimos na Nigéria quando o Boko Haram, grupo radical islâmico, criou um estado de ataques no país, em 2014. Se que existamos em Lagos, que é o maior e o mais desenvolvido cidade no mundo. Mas isso também é verdade, não é nada que acontece em todos os países, não são acontecimentos... [No entanto, a vida em Lagos continua completamente a mesma. [...]]

Para refletir

1. Veja exemplos em desenvolvimento de...
 2. ...

Fonte: Geração Alpha

- **Obra 4:** Geografia 9º ano do ensino fundamental.

Figura 04 – Capa do livro de Geografia 9º ano do ensino fundamental.



Fonte: Geração Alpha

Conteúdo: Neste volume os autores nos trazem diversos conteúdos que procuram desenvolver nos estudantes competências e habilidades básicas para a formação ética dos alunos e adequadas às condições do mundo contemporâneo, preparando esses estudantes para lidar com as constantes mudanças de um mundo globalizado. Este exemplar usa diferentes linguagens e gêneros textuais, como músicas, poemas, charges, infográficos, entrevistas, textos jornalísticos, fotografias e mapas, para que o aprendizado seja dinâmico. Além disso, propõe práticas investigativas e o desenvolvimento do pensamento crítico, ajudando na preparação dos alunos para o Ensino Médio e para os exames avaliativos como o ENEM e vestibulares.

.Metodologia: A metodologia desta obra propõe trabalhos investigativos e dinâmicas em grupo, onde os alunos são levados a desenvolver projetos em suas comunidades. Essas atividades não apenas facilitam a aplicação prática dos conceitos aprendidos, mas também incentivam o trabalho comunitário, a criatividade e o pensamento crítico. Os alunos são desafiados a identificar problemas locais e a propor soluções viáveis, desenvolvendo um sentimento de responsabilidade. A metodologia também traz momentos de discussão e reflexão, para que os alunos possam trocar experiências e aprendizados, contribuindo para o enriquecimento didático. Vai trabalhar também com a análise e interpretação de dados geográficos, gráficos, tabelas e mapas.

Todas as metodologias utilizadas nesta obra, tem como principal objetivo preparar os estudantes para o Ensino Médio e para exames como o ENEM, além disso contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de compreender e transformar o espaço em que vivem.

Recursos Didáticos: Os recursos didáticos são variados e envolventes, incluindo atividades interativas, recursos tecnológicos, gráficos, tabelas, charges, quadrinhos, mapas, infográficos, proposta de projetos, que tornam os temas abordados mais atraentes e dinâmicos. Todos esses recursos visam estimular a aprendizagem, possibilitando o envolvimento dos alunos de forma prática com os conteúdos desenvolvidos. O exemplar ainda trabalha com acesso a vídeos com informações de forma visual, a jogos que promovem a competição saudável e a aplicação de conhecimentos, recursos estes que se bem utilizados, complementam as atividades e garantem que os alunos tenham acesso a uma variedade de fontes de informação combinando teoria e prática.

Os recursos didáticos ajudam na compreensão mais profunda e duradoura dos temas abordados e ainda auxiliam na capacitação dos estudantes para que estes se tornem cidadãos mais conscientes e críticos. O volume referente ao 9º ano, é muito rico, trabalha globalização, Ásia, Europa, Oceania, Oriente Médio, no entanto não faz referência ao assunto tema, bem como não apresenta imagens e atividades significativas.

4.3 COMO AS COLEÇÕES APRESENTADAS TRATAM OS TEMAS REFERENTES ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Observando as coleções que foram revisadas, percebe-se uma abordagem rica e multidisciplinar, retratando a complexidade e diversidade dos contextos históricos sociais e culturais. Baseando-se em narrativas, imagens e estudos, as coleções mostram não apenas a documentação da realidade, mas também o convite à reflexão crítica acerca dos preconceitos, estereótipos e desigualdades raciais.

Um dos pontos mais interessantes, e que vale ressaltar, foi o reconhecimento de valores culturais e tradições de grupos historicamente marginalizados.

As obras que destacam a música, a dança, as práticas religiosas, e as expressões artísticas das comunidades afrodescendentes e indígenas, mostrando um certo empenho em reverter ou compensar a invisibilidade causada pelos anos de colonização e discriminação. As identidades são apresentadas como elementos fundamentais da formação da diversidade nacional, ressaltando a importância desta na constituição de uma sociedade mais diversa.

Os livros aqui analisados se alinham bem com as diretrizes do PNLD e abrangem temas mais atuais e pertinentes para serem ensinados nas aulas de Geografia. A diversidade de metodologias - prática, debate e interdisciplinaridade - ajuda os alunos não apenas a adquirir conhecimento teórico, mas também a serem muito mais práticos e críticos. Inovações em recursos didáticos como vídeos e jogos são vistas como enriquecedoras do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda há muitos desafios pela frente, muitos embates a serem enfrentados. O fato é que o tema étnico-racial está presente nos livros didáticos, mas ainda não de forma plenamente satisfatória.

As imagens são bons exemplos, temos pouquíssimas imagens de povos originários e africanos, e muitas destas imagens, passam a impressão de que elas estão lá só para preencher espaço. E quando aparecem, é sempre aquele tipo estereotipado, sem profundidade, como se essas culturas fossem coisas do passado. Faltam representações mais originais e cenários que mostrem a riqueza e a importância dessas culturas hoje em dia. Outra questão relevante é o local onde são abordadas as referidas questões, muitas vezes aparecem nas obras didáticas em espaços de atividades extras, como se fosse algo secundário, passando uma ideia de assunto opcional, quando na verdade deveria estar integrado ao conteúdo principal. Isso pode trazer um sentido equivocado, reforçando que essas questões não são tão importantes. É preciso dar mais destaque e tratar o tema como parte fundamental da história e cultura que os estudantes devem aprender na escola.

Alguns conteúdos poderiam ser expandidos e aprofundados ainda mais, principalmente com relação à diversidade cultural e às abordagens dos povos tradicionais, até porque esses temas não só promovem o respeito como também valorizam as diferentes culturas dos povos formadores do nosso país, além disso enriquecem o aprendizado dos alunos, formando assim cidadãos mais conscientes e preparados para viver em uma sociedade pluralizada e conectada. Agregado a isso, não podemos esquecer que, o treinamento contínuo e frequente dos educadores se torna peça fundamental para que esses materiais sejam utilizados de forma correta e efetiva garantindo assim um ensino eficaz.

5 CONCLUSÃO

A implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, representa um avanço significativo nas discussões sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil. A educação é um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade que preza pela igualdade, onde a diversidade é valorizada e existe o respeito às diferenças. No entanto, após a promulgação da lei, surgiram inúmeras perguntas sobre a real eficiência de sua aplicação, especialmente nos livros didáticos, que são uma das principais - em algumas instituições as únicas ferramentas educacionais utilizadas.

Os livros didáticos de Geografia desempenham um papel de extrema importância na formação da visão dos estudantes sobre o mundo, suas culturas, suas identidades e suas relações sociais. A reflexão crítica desses materiais educativos se faz necessária, pois, muitas vezes, eles não refletem a pluralidade cultural do Brasil e podem perpetuar estereótipos raciais. A avaliação dos livros didáticos após a implementação da Lei 10.639/03 revela um panorama em que a inclusão de conteúdos relacionados às culturas afro-brasileiras ainda é insatisfatória.

É importante destacar que a Geografia, enquanto disciplina, tem o potencial de abordar as relações étnico-raciais de maneira abrangente. O entendimento dos espaços geográficos deve incluir a análise das desigualdades sociais e raciais, bem como a valorização das contribuições dos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira. No entanto, muitos livros didáticos ainda abordam esses temas de forma superficial, sem promover uma reflexão crítica que possibilite aos estudantes compreenderem a complexidade das relações sociais.

A falta de formação específica para os professores acerca do tema das relações étnico-raciais também é um fator que contribui para a precariedade do ensino. Sem o devido suporte e formação continuada, os docentes podem se sentir inseguros em abordar questões relacionadas à diversidade étnica e racial.

A partir da reflexão dos livros didáticos, é evidente que a formação de professores deve ser uma prioridade para garantir que a Lei 10.639/03 seja efetivamente cumprida nas salas de aula.

Outro aspecto a ser considerado na avaliação dos livros didáticos de Geografia é a necessidade de representatividade. A inclusão de narrativas que reflitam a experiência de grupos afro-brasileiros e africanos é fundamental para que os estudantes se reconheçam nas histórias contadas e compreendam a riqueza da diversidade cultural. Não se trata apenas de incluir imagens ou textos que mencionem a cultura afro-brasileira, mas de envolver esses conteúdos de forma sistemática e integrada ao restante do aprendizado.

A resistência por parte de alguns setores da sociedade em aceitar a inclusão das relações étnico-raciais no currículo educacional também deve ser analisada. É fundamental promover um debate esclarecedor acerca da importância do reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileiras na formação da identidade nacional. O desafio reside em romper com discursos que minimizam a relevância dessa temática e convencer toda a comunidade escolar sobre a necessidade de construir uma educação antirracista.

A crítica ao material didático e a mobilização para uma educação mais inclusiva e representativa são passos importantes, mas não suficientes. É necessário que haja uma troca, uma comunicação entre os diferentes setores da sociedade, incluindo educadores, gestores, alunos e pais, para que a implementação da lei se transforme em uma prática efetiva e transformadora. A formação de comissões locais que possam avaliar e sugerir melhorias nos livros didáticos é uma estratégia que pode contribuir para essa mudança.

A análise da efetividade da Lei 10.639/03 na educação básica, especialmente por meio da avaliação dos livros didáticos de Geografia, revela um longo caminho a ser percorrido. Os desafios são muitos, mas se com essas pequenas melhorias conseguirmos uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial, esses pequenos passos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa luta deve ser contínua, envolvendo o comprometimento de todos na busca pela construção de um espaço educacional que efetivamente respeite e celebre as raízes culturais afro-brasileiras, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional e o combate às desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>>. Acesso em 08 de janeiro de 2025.

ALMEIDA, Silvio; Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de; O Livro didático e o ensino de Geografia: In: **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**, Porto Alegre, Sulina, 2017, p. 61-76.

BRASIL. Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 dezembro de 2022.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei no 9394** de 20 de novembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 dezembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 003, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 10 mar. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 29 dezembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **PNLD 2017: Geografia - ensino fundamental anos finais/Ministério da Educação - Secretaria da Educação Básica - SEB/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/8813-guia-pnld-2017>. Acessado: 29 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social; Ministério da Justiça, 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CHAUI, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2011.

CORRÊA, Gabriel Siqueira; MEIRELES, Mariana Martins de; Eurocentrismo e colonialidade nos livros didáticos de Geografia: narrativas e disputas epistêmicas. In: **Geografia e o Livro Didático para tecer Leituras de Mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 83-103.

COSTELLA, Roselane Zordan. Nas entrelinhas do Livro Didático: a voz e a visibilidade do aluno. IN: TONINI, GOULART, L. FILHO, M. I. MARTINS, R. COSTELLA, R. (Org.). **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para a aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017. Páginas 177 – 190.

EDUCAÇÃO e diferenciação cultural: **índios e negros**. Cadernos Cedes, Campinas, n. 32, 1993.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em 08 de janeiro de 2025.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MICHEL, Fernanda Vach. A ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm>. Acesso em: 29 dezembro 2022.

PEREIRA, Amilcar Araújo; O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 23, p. 13-30, jan./abr. de 2017: . Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452/7577>. Acesso em: 29 dezembro de 2022.

PIRES, Lucineide Mendes; JUNIOR, Gibson da Silva Lima; Processo e produto da avaliação pedagógica de livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: **Geografia e o Livro Didático para tecer Leituras de Mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 131-150.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. Geração Alpha **Geografia: 6º, 7º, 8º e 9º ano**. São Paulo: SM Educação, 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos; A Lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e permanência. In: **Geografia e o Livro Didático para tecer Leituras de Mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 29-49.